

# **A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA BRASILEIRO**

Filipe Corrêa da Costa

## **ABSTRACT**

This article intends to describe the historical evolution of the Brazilian environmentalism trying to show that occurs a change in the kind of participation through his insertion on the state. We intend also try to present a point o view that the environmentalism keeps with it radicalism.

## **RESUMO**

Esse artigo pretende descrever a evolução histórica do movimento ambientalista brasileiro de forma a demonstrar que houve uma modificação na sua forma de atuação através da sua inserção no aparelho estatal. Pretende-se também, demonstrar que o movimento manteve a sua radicalidade, ao atuar de forma multisetorial, onde a cognição dos agentes passou a agregar inúmeros conhecimentos de modo a fornecer suporte técnico-científico para as causas ambientalistas.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Movimento ambientalista, cognição, radicalidade, multisetorialismo

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento ambientalista brasileiro surgiu do processo cognitivo de vários agentes vindos de diferentes ambientes sociais e econômicos. Podemos afirmar que inicialmente, o movimento tinha como sua principal forma de atuação a denúncia, ou seja, o movimento era contrário ao modelo das políticas governamentais e industriais e a sua forma de protesto era através das militâncias no sentido de contestar a ordem estabelecida. Essa característica era reflexo de diversos movimentos que já existiam em países mais desenvolvidos, principalmente da Europa.

As raízes do movimento, porém, surgem de uma preocupação em nível mundial em relação a conservação do meio ambiente como forma de perpetuação do planeta e conseqüentemente da espécie. Segundo Eduardo Viola, essa preocupação se materializa em quatro principais fatores. São eles, o crescimento populacional exponencial, depleção da base de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (Viola, 1991). Além desses, podemos ainda citar em nível global as mudanças climáticas, a redução da camada de ozônio e a perda dos habitats e da biodiversidade. Em nível regional, a alteração química das águas, degradação do solo, chuva ácida e os herbicidas e pesticidas. Por fim, em nível local, as áreas degradadas e os resíduos são os principais problemas identificados.

Nos países mais desenvolvidos as preocupações giravam em torno da problemática ambiental no sentido estrito, sendo que no Brasil e em outros países considerados em desenvolvimento os problemas sociais se inter-relacionavam diretamente com a conservação dos recursos naturais.

Quanto às formas de atuação, muitos autores salientam a existência de três enfoques diferentes sobre o movimento ambientalista.

Primeiramente os grupos de interesse, são considerados como um movimento elitista representado praticamente por Organizações Não Governamentais – ONG's. É considerado um movimento que acredita na pluralidade de grupos para a conquista de espaços. Geralmente exercem pressões de forma direta sobre o governo, através de lobbies.

Em segundo enfoque aparecem os novos movimentos sociais, idealizados por neomarxistas, que pregam o ganho de qualidade de vida e descentralização político-econômica. É representado por ONG's e grupos de base e organizam-se de forma descentralizada, em redes e sem uma hierarquia definida. Utilizam-se da mídia e outras atividades de protesto para sensibilizar a opinião pública e pressionar os poderes decisórios.

O terceiro enfoque parte do pressuposto que as civilizações contemporâneas são insustentáveis a médio e longo prazo devido aos fatores citados acima. É representado não somente pelas ONG's e grupos de base, como também diversos atores que integram a complexidade das relações políticas, econômicas e sócio-ambientais. Entre eles podemos destacar o setor empresarial e as próprias entidades governamentais de proteção ao meio ambiente.

No referido trabalho pretendemos defender a posição dessa última corrente que classifica o movimento ambientalista contemporâneo como histórico, complexo e multissetorial.

No Capítulo 2 iremos fazer uma descrição histórica do movimento ambientalista no

Brasil. No Capítulo 4 tentaremos mostrar que a transformação nas relações entre o estado e a sociedade civil de forma alguma levaram a perda da radicalidade do movimento ambientalista e sim uma mudança da sua forma de atuação. Por fim, no Capítulo 5 iremos apresentar algumas conclusões sobre o enfoque dado ao conteúdo desenvolvido no artigo.

## **2. ANÁLISE HISTÓRICA DO AMBIENTALISMO NO BRASIL**

### **2.1 Origem e evolução até 1980**

O movimento ambientalista como explanado na introdução, surgiu no Brasil da combinação de alguns fatores internos e externos que convergiram entre o final da década de 60 e início da década de 70. Isso ocorreu de fato com o surgimento da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan, fundada em Porto Alegre pelo ativista José Lutzemberger, Resistência Ecológica, Associação Catarinense de Preservação da Natureza e Associação Paulista de Proteção à Natureza, ambas com objetivos amplos, porém visando à preservação da natureza como forma de preservação da espécie humana. Ao mesmo tempo, a volta de exilados políticos brasileiros que se encontravam no exterior, faz com que a consciência que já existia em países da Europa seja inserida no processo de formação do movimento ambientalista no Brasil. Essa nova corrente era sediada principalmente no Rio de Janeiro. Por fim a comunidade científica toma partido das causas ambientalistas baseados em estudos que comprovavam a ameaça de manutenção da espécie humana.

Nesse período, o movimento ambientalista inicia o seu processo de expansão. Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira liderava em parceria com a China perante o mundo na Conferência de Estocolmo em 1972, a posição de que era necessário poluir para que pudesse haver um desenvolvimento econômico. Estava claro que estava por vir um período de forte desenvolvimento do nosso parque industrial em detrimento da conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, vários centros químicos e petroquímicos se instalaram em zonas litorâneas altamente populosas como Rio de Janeiro, por exemplo. No mesmo sentido, a grande expansão da agroindústria acarretou num aumento significativo do uso de inseticidas e pesticidas, além de gerar uma enorme desigualdade social no campo, levando ao êxodo rural das populações que não tinham oportunidades no campo.

Influenciados pelo pensamento em nível mundial, após a Conferência de Estocolmo, quatro principais correntes de pensamento se destacaram.

A primeira corrente, os preservacionistas, passou a defender o desenvolvimento zero, baseado em documentos técnicos como “Limites do Crescimento”, resultado do Clube de Roma, que apresentava previsões negativas sobre a preservação ambiental, através do crescimento populacional e conseqüentemente da fome.

A segunda corrente trata-se dos marxistas, baseados no mesmo documento e no manifesto pela sobrevivência, que atribuíam ao sistema capitalista o ônus da destruição ambiental e pretendiam substituir a produção de produtos “supérfluos” por produtos considerados básicos ou essenciais.

Os fundamentalistas, baseados na teoria de Gaia, atribuída a James Lovelock pregavam que o ser humano não teria o direito de influenciar o meio natural, por ser apenas um ser vivo dentro de um sistema altamente complexo.

Os ecotecnicistas completam a quarta corrente, que afirmando que os problemas

ambientais se resolveriam através do desenvolvimento econômico e de novas tecnologias.

No Brasil, dentro dessas correntes apresentadas, podemos associar suas características de pensamento a três principais formas de atuação.

Os grupos de interesse, que agem de forma direta no diálogo com o Estado e tentam sensibilizar a opinião pública para os seus ideais.

Os novos movimentos sociais, representados por entidades que apresentam dificuldades para obtenção de consensos em uma sociedade complexa, porém, com objetivos voltados para a associação da qualidade ambiental ao bem-estar social.

Por fim o movimento ambientalista contemporâneo, que acredita em uma transformação através da influência política no campo dos direitos. Esse último é caracterizado por uma influência participativa nas políticas das agências estatais de meio ambiente. Inclusive muitos técnicos e dirigentes dessas agências eram ativistas do movimento ambientalista. Outro fator relevante foi a convergência dos interesses do Estado e da sociedade civil, que emerge a partir da década de 80 e resulta na ampliação da agenda ambientalista, fortalecendo os interesses de conservação do meio ambiente.

## **2.2 Formas de atuação do movimento ambientalista**

No Brasil, ainda na década de 70, as ações dos movimentos ambientalistas eram pontuais, como por exemplo a mobilização contra a construção do programa nuclear no país e da construção de usinas hidrelétricas e empreendimentos de alto risco ambiental. Estabelecem-se assim, posições antagônicas entre os preservacionistas e os desenvolvimentistas, visto o recente "Milagre brasileiro", que preteriu a preservação do meio ambiente em prol do desenvolvimento econômico. Como afirma Leis, nesse período, marcado pela Conferência de Estocolmo, surgiu as agências estatais de meio ambiente, assim como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP e a forte ascensão dos partidos verdes pelo mundo e o sistema político de muitas democracias ocidentais passaram a incorporar as questões ambientais (Leis, 1997). Surgem ainda, novos grupos ou entidades ambientalistas. Podemos destacar a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, que defendia a implementação de projetos de melhoramento do saneamento básico.

Pode-se afirmar que o modo de atuação do movimento ambientalista era baseado em denúncias e em forma de militância de combate à ordem estabelecida.

Avançando para a década de 80, inicia-se um processo de reforma do Estado e o surgimento de muitos grupos ambientalistas, passando de aproximadamente 40 para mais de 400 na segunda metade dessa década. Em geral, as pessoas que compunham esses grupos eram pesquisadores e pessoas com um nível bom de educação, com noções de cidadania e política. Porém a simples denúncia não implicava no desenvolvimento de uma consciência ecológica. O movimento ambientalista entra definitivamente na cena política na segunda metade da década de 80, onde alguns candidatos que abraçavam a causa do movimento conseguiram se eleger.

Como afirma Gonçalves, o movimento ecológico tem essas raízes histórico-culturais. Talvez nenhum outro movimento tenha levado tão a fundo essa idéia, na verdade essa prática, de questionamento das questões presentes de vida. "Sob a chancela do movimento ecológico veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de

alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder entre outras" (Gonçalves, 1997).

### **3. PROCESSO DE MUDANÇA DE RELAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

O processo de mudança nas relações do mundo contemporâneo surge junto com o movimento de redução do Estado ou Estado mínimo, que tem suas origens na Revolução Francesa, baseada em ideologias liberais. Em contraposição a esse movimento destaca-se o Estado socialista que prevê a intervenção estatal em todas as relações sociais.

Surge então o terceiro setor, representado por ONGs e OSCIPs e outras formas de associação, que tem sua forma de atuação baseada no vazio político e social resultantes das disputas entre movimentos de esquerda e direita. A partir daí, então, o terceiro setor passa a ser o elo de ligação entre o público e o privado e passa a exercer um papel historicamente atribuído ao Estado. São basicamente instituições privadas com fins públicos.

Nas sociedades contemporâneas, as formas de relação entre o estado e a sociedade civil, representada pelo terceiro setor, passou a exercer um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável das sociedades e para estímulo ao exercício da cidadania. O ambientalismo com seu caráter multissetorial, apresenta inúmeras tendências e formas de atuação. "Mas apesar disso, ou talvez por isso mesmo, apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade de projeto social inacabado, incompleto, reconhecidamente em construção; mas se arrisca, de qualquer maneira, prever um reordenamento do mundo e das relações entre a sociedade e a biosfera, de modo a buscar novas mediações para resolução de conflitos, depois do esgotamento desse papel tradicional no âmbito do Estado Moderno" (Ferreira, 1991).

No Brasil, a reforma do Estado passou a ser discutida no sentido de permitir a participação da sociedade civil nos processos decisórios, de formulação de políticas públicas.

As próprias conquistas do movimento ambientalista, na medida em que passaram a ser institucionalizadas, significaram a consolidação de um sistema sócio-político-cultural. Esse é o sentido moderno de Estado mínimo, onde somente cabe ao Estado o poder fazer o gerenciamento das relações entre ele mesmo, o setor produtivo e o terceiro setor como forma de representação da sociedade civil.

Durante muito tempo, o ambientalismo brasileiro reclamou da falta de participação e de espaços de reconhecimento, aspectos ou resquícios herdados da ditadura militar onde o Estado tinha o exercia o seu poder de forma totalitária.

A partir da Constituição de 88, as formas de relação foram se modificando, sendo que o cidadão passou a ter direitos e deveres, porém, ainda tinha-se uma visão que o Estado era uma entidade punitiva e distinta da sociedade civil. A partir daí, muitos segmentos do movimento ambientalista passaram a fazer parte da cena política como forma de defender os interesses da coletividade através da participação nos processos de gestão ambiental perseguidos pelas políticas públicas.

O grande desafio era justamente definir as formas e os mecanismos de cumprimento dos direitos sócio-ambientais previstos na CF/88. A partir de então, ocorre a descentralização e a busca de novas formas de articulação entre o Estado e sociedade civil como forma de introdução de novas formas de gestão no sentido de agilizar os

processos burocráticos e conferir maior agilidade e eficiência na implementação e cumprimento de metas.

"O ambientalismo contemporâneo, em seu sentido amplo, tanto no Brasil como nos países ricos, tem procurado construir espaços públicos para organizar a intersubjetividade cotidiana, onde a racionalização é possível e as normas sociais podem encontrar a legitimidade necessária e verdadeira" (Ferreira, 1991)

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que o caminho que vem sendo adotado pelas sociedades contemporâneas podem nos levar a uma organização social jamais vista na história das sociedades. Esse novo modelo de gestão não significa uma diminuição dos poderes do Estado e sim uma reformulação na sua forma de atuação no sentido de evitar a centralização das decisões, diminuir a burocracia inerente ao Estado, além de confrontar a utilização do aparelho estatal por interesses privados e corporativos. A reforma é ainda no sentido de tentar corrigir algumas disfunções do modelo de atuação do Estado, nas quais foram geradas enormes desigualdades sociais. Acreditamos ainda, que a participação nos processos de planejamento e também nos processos decisórios, ainda que de forma gradual é um grande avanço para o exercício da cidadania.

Acreditamos por fim, que os movimentos ambientalistas não perdem a sua radicalidade ao atuar de forma conjunta e cooperativa no sentido de humanizar o processo inevitável de globalização. A modificação na forma de atuação reflete uma evolução do movimento que passou a levar em consideração as idéias de outros movimentos e setores tentando assim, atingir consensos para os processos de tomada de decisão, ou seja, exercendo a democracia de forma justa sem deixar de lutar pelos seus interesses, no caso, a conservação do planeta visando a perpetuação da espécie humana.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

(Viola, 1991) VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. <http://www.memoriadomeioambiente.org.br/biblioteca/down/viola.doc>, acessado em 07/07/03.

(Leis, 1997) LEIS, Héctor. O labirinto. 1997.

(Gonçalves, 1997) GONÇALVES, Contexto Histórico-cultural do movimento ambientalista, 1997.

(Ferreira) FERREIRA, Lúcia da Costa. 1996. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. P.241-278. Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (orgs). Campinas, 1996. Editora UNICAMP.

(Ferreira, 1991) FERREIRA, Leila da Costa. Os Fantasmas do Vale. Representações e Modos de Ação Social em Cubatão, SP, Unicamp, 1991.

(Bobbio, 1986) BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política. Editora Paz e Terra, 3ª Edição, 1987, Rio de Janeiro.